



A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: COMPREENDER, MUDAR, INCLUIR

Melissa Araújo de Souza¹

GT6 – Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar alguns aspectos relativos à formação de professores no Brasil, com destaque para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular. O interesse pelo tema surgiu como base à educação e suas modificações e na formação de professores. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica enfatizando a educação inclusiva, sobre a contribuição da inclusão no processo de aprendizagem da criança. O texto está organizado em três partes. Primeiro foi abordado à inclusão educacional. Em seguida, foi apresentada a educação e suas modificações. Por fim, traçamos alternativas para a inclusão educacional.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Formação de professores. Aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to analyze some aspects related to teacher education in Brazil, especially the inclusion of people with special educational needs in regular education. The interest for the theme was based on education and its modifications and on the training of teachers. The methodology used was the bibliographical research emphasizing inclusive education on the contribution of inclusion in the process of learning the child. The text is organized in three parts. First was addressed to educational inclusion. Then the education and its modifications were presented. Finally, we outline alternatives for educational inclusion.

Keywords: Inclusive education. Teacher training. Learning

¹ Graduada em Pedagogia da UNIT. Atualmente é Professora do Ensino Fundamental da Rede Privada de Ensino. Além de está cursando Pós-Graduação em Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia, pela Faculdade São Luis. E-mail: melissinha_araujo@hotmail.com.



1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a importância da inclusão na educação. Quando se fala em educação inclusiva a primeira ideia que vem é a diversidade, pois, a inclusão é tão agregadora que seus benefícios não são sentidos apenas pelas pessoas que estão sendo incluídas, mas, por toda a sociedade. A construção de uma sociedade inclusiva exige mudanças de ideias e práticas que viabilizem o bem estar de todos em comum.

O principal centro formador dessa prática inclusiva deve ser a escola, pois, é nela onde se forma a sociedade, assim sendo, as mesmas devem estar preparadas para atender e garantir o acesso e permanência de alunos com ou sem deficiência, no entanto, para que esse processo inclusivo seja concretizado faz-se necessário também, uma boa formação aqueles que vão mediar o ensino, estando estes de fato aptos para desenvolver as habilidades e potenciais dos alunos, levando em consideração as diversidades e singularidade de cada um em particular.

A educação especial sempre foi vista como uma modalidade de ensino que poderia substituir as atividades educacionais comuns, deixando de lado qualquer tipo de inclusão. Porém a última edição da (LDB), Lei 9394/96, assegura que todos os alunos sejam incluídos em classes normais às suas idades, sendo oferecida uma educação inclusiva de qualidade para aqueles requerem de uma atenção direcionada à sua necessidade, criando a possibilidade de um acompanhamento homogêneo em suas classes comuns.

A educação é um direito de todos, em qualquer nível de ensino. Assim sendo, pessoas com deficiência devem compartilhar da mesma qualidade de educação, frequentar e permanecer em âmbito escolar em qualquer nível.

No caso de alunos que necessitam de um recurso específico, a exemplo dos alunos que necessitam aprender Libras ou Braile, para conseguirem acompanhar os conteúdos ministrados em uma sala de aula regular, se faz necessário o acompanhamento das AEE (Atendimento Educacional Especializado) que ainda não se faz presente em muitas escolas da rede pública ou da rede particular, dificultando assim, a aprendizagem dos alunos com essas necessidades específicas.

Dentro desse contexto, questiona-se: O papel da escola, e a formação dos educadores na educação inclusiva? Será que as escolas, e principalmente a pública esta preparada para atender as necessidades das crianças que precisam de uma educação inclusiva de qualidade?



Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivos: a) Analisar se a educação inclusiva está sendo aplicada nas escolas públicas, de maneira que possa garantir a socialização dos alunos; b) Identificar o processo de formação do professor na perspectiva da educação inclusiva.

Justifica-se a pesquisa como uma realidade presente nas salas de aula, onde os professores têm que está preparado para saber lidar com as diferenças, onde todos têm o direito de estudar numa escola regular com alunos com e sem deficiência, construindo juntos os conhecimentos. Incluir não é somente inserir portadores de necessidades especiais nas escolas, é necessário incluí-los em atividades pedagógicas, de forma que eles acompanhem os conteúdos de forma igualitária aos demais alunos sem necessidades especiais.

Os Professores necessitam de um apoio pedagógico para saber lidar com essas crianças e assim ajudar seus alunos. O que caracteriza a educação inclusiva é o fato de que é preciso que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso e permanência nas escolas, isso independente de qualquer deficiência que este aluno possua.

A educação inclusiva que nós, futuros Educadores almejaram, é a garantia que todos os estudantes, com ou sem deficiência, participe das atividades escolares com Professores bem preparados.

2 INCLUSÃO EDUCACIONAL

Nos dias atuais ouvimos dizer tanto a respeito de inclusão, especialmente nos mais diversos meios de comunicação.

De acordo com o dicionário LUFT (1998), inclusão é o ato ou efeito de incluir-se, ou seja, é fazer parte de algo, é ser inserido.

São várias as formas de abordar esta palavra já tão explorada pela mídia: inclusão digital, inclusão social e porque então não falarmos da inclusão educacional.

FERREIRA e GUIMARÃES (2003), ao tratarem do tema educação inclusiva enfocam que comete engano à pessoa que pensa a respeito deste tema e faz ligação apenas às crianças com algum tipo de necessidade especial.

Consoante a este pensamento MITTLER, Peter (2003 p.25) diz que: “Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo necessidades educacionais especiais”.



Neste sentido deve-se entender que na sociedade contamos com as mais variadas diferenças: como cultural, financeira ou física, por exemplo, falar em inclusão principalmente educacional destes mais variados públicos é entender que não se trata de “mudar” o modo de ensinar apenas para atender portadores de necessidades especiais, mas com o objetivo de atender a todos os alunos que possuem algum tipo de dificuldade de aprendizado, sempre com respeito e compreensão.

A educação inclusiva segundo RODRIGUES, Armino J. Apud RIBEIRO e BAUMEL (2003), não deve ser tratada como uma abordagem tradicional onde era sinônimo de uniformização, mas numa abordagem de atenção a diversidade e a igualdade com respeito pelas diferenças e pelas necessidades individualizados de aprendizagem, respeitando as características e o ritmo de cada um.

MITTLER, Peter (2003, p.20) afirma sobre inclusão no ato de educar que:

A inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e da vida da escola como um todo. Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos pais.

Observamos aqui de acordo com o autor que esta tarefa vai muito além da sala de aula e não depende tão somente do educador. O aprendizado inclusivo desta forma deve ser construído dia após dia com o auxílio e acompanhamento de todas as esferas sociais desde a família ao governo.

3 A EDUCAÇÃO E SUAS MODIFICAÇÕES

Podemos perceber que na atualidade, as praticas educacional vem se modificando tanto nos aspectos culturais como também sócias.

Neste sentido, PERRENOUD (1988) apud NÓVOA, Antônio (2007p. 14) diz que:

Ao longo das últimas décadas, os especialistas da educação têm-se esforçado por racionalizar o ensino procurando controlar a priori os fatores aleatórios e imprevisíveis do ato educativo, expurgando o cotidiano pedagógico de todas as práticas, de todos os tempos que não contribuem para o trabalho escolar propriamente dito.



Essa “reforma” educacional a que se refere Perrenoud, a fim de tornar a educação mais objetiva no trabalho escolar deve-se segundo RODRIGUES, David (2006), ao desenvolvimento da exclusão, o que estimulou os responsáveis políticos a unir esforços em campanhas para sua eliminação, nos mais diversos domínios sociais.

Nesses domínios sociais citados por Rodrigues, inclui-se também a base da sociedade: A Educação. O que consoante a MITTLER, Peter (2003, p.15), sobre a reforma tratada por Perreunoud, não foi apenas por causa dos políticos, como afirma Rodrigues, tão pouco porque estes políticos aguardaram os pesquisadores dizerem a palavra certa, mas porque a sociedade exigiu tais mudanças. Todos os sistemas existentes, só são passíveis de mudanças, quando este passa a incomodar o regime de imposição de seus governantes.

Essa exigência acabou causando nas últimas décadas várias mudanças no ensino, nos currículos escolares, nas leis de acessibilidade e principalmente a criação de um novo modelo educativo: A Educação Inclusiva.

Este novo modo de educar vem propor novos questionamentos, talvez impensáveis até o momento, mais criativos e com melhores resultados como podemos ver nas escolas inclusivas.

MITTLER, Peter (2003, p.16) a este respeito afirma que:

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças, diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”.

Ainda neste autor, no que diz respeito à educação inclusiva, Mittler, após muitas pesquisas, observou que o maior obstáculo a ser superado no momento da mudança está dentro de nós, onde nossa tendência é subestimar as pessoas e superestimar as dificuldades, e que este pensamento deve ser abandonado ao se querer construir uma escola ou uma sociedade inclusiva, pois, segundo ele a inclusão se dá no ato de cada indivíduo ser capaz de ter oportunidades de escolher e de ter autodeterminação na educação e para que isto seja estimulado existe a necessidade de os educadores aprenderem a ouvir e valorizar o que o aluno tem a dizer, independentemente de sua idade ou de rótulos. Todo o conhecimento de



mundo que o aluno trás consigo é importante, pois, desta remonta toda a sua história de vida que não pode e nem deve ser ignorado pelo educador.

Espera-se que com a educação inclusiva sejam abandonadas definitivamente as barreiras celetistas de aprendizagem observados ao longo das décadas, onde poucos eram privilegiados com o acesso ao saber como afirma FREITAS, Soraia Napoleão Apud RODRIGUES (2006 p.162):

Percorrendo os diferentes períodos da história universal, desde os mais remotos tempos, evidenciam-se teorias e práticas, inclusive quanto ao acesso ao saber. Poucos podiam participar dos espaços sociais nos quais se produziam e transmitiam conhecimento.

Mas afinal por onde começar as mudanças para que estas práticas possam ser reformuladas a fim de atender as diversidades e as necessidades educacionais?

Neste assunto, RODRIGUES, Armindo de J. Apud RIBEIRO e BAUMEL (2003, p. 24)

afirma que:

“As mudanças deverão necessariamente começar nas concepções pedagógicas dos professores e em suas atitudes para com os alunos em dificuldade. A perspectiva pessoal do professor informará toda a sua construção e implementação de esquemas e rotinas”.

O autor aqui propõe um novo olhar dos educadores, primeiramente nos seus próprios conceitos pedagógicos e logo após isso, para os alunos que tendem a aprender com menos facilidade, buscando desta forma uma readequação a fim de atendê-los de uma melhor forma.

Sabe-se que não podemos inovar todos os dias, mas se houver desejo, assessoria e disponibilidade, podemos testar muitas habilidades em salas de aulas, que virão a ajudar no desenvolvimento intelectual destes alunos.

A inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais dependem não só da boa prática ou excelente formação do professor. Incluir com a finalidade educacional exige atitude e colaboração dos colegas em relação aos alunos integrados, a família, a comunidade, fatores socioeconômicos e socioculturais.

4 PROFESSORES MAL PREPARADOS

Para que a inclusão de fato se concretize, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com esse tipo de situação. O art. 59, inciso III, diz que os sistemas de



ensino devem assegurar aos educando com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 1996, p. 44).

Porém, não é isso que é verificado na realidade. Silva e Retondo (2008) citam Bueno (1999), dizendo que:

“de um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem” (SILVA e RETONDO, 2008, p. 28).

Por isso, torna-se urgente que os alunos de Pedagogia, de Psicologia, das demais licenciaturas e todos os outros profissionais que terão contato com os alunos portadores de necessidades especiais, recebam em sua formação esse preparo. É necessário que todos fiquem “atentos para propostas pedagógicas que auxiliem os docentes no melhoramento de suas concepções e fazeres escolares” (SILVEIRA e SOUZA, 2011, p. 37).

Os professores enfrentam dificuldades não só em transmitir para esses alunos as disciplinas específicas em suas áreas de formação, mas falta também o próprio conhecimento “Para lidar com a língua brasileira de sinais (libras) e com a presença de intérpretes em suas aulas” (SILVEIRA e SOUZA, 2011, p. 38). Isso se torna ainda mais complicado quando se trata de professores de ciências, como a Química, pois enfrentam grandes dificuldades em lidar com a construção do conhecimento científico voltado para esse grupo específico. Por exemplo, os alunos surdos sofrem muito com essa questão, porque a Química contém uma linguagem específica, que muitas vezes não tem como ser traduzida para LIBRAS, dificultando, assim, a construção do conhecimento.

Segundo Silveira e Souza (2011, p.38), o resultado é que mesmo estando em sala de aula, muitos alunos com necessidades especiais acabam sendo apartados ou excluídos – ocorre um distanciamento deles, que não conseguem dar continuidade aos estudos.

Focalizando, porém, no educador, existem cada vez mais pesquisas pautadas nessa formação dos professores voltada para a educação inclusiva. Uma atividade que pode ajudar durante essa formação é “estabelecer uma via de comunicação com instituições e escolas que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais” (SILVA e RETONDO,



2008, p. 28). A elaboração de vários projetos pode ser de auxílio nesse sentido, bem como a inclusão da disciplina *Aspectos éticos-políticos-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais*, nos cursos de graduação citados, conforme a indicação do Ministério da Educação, portaria 1.793/94 (Brasil, 1994).

A educação inclusiva no Brasil ainda está em seu estado embrionário, e sabemos que o apoio e o investimento dos governos são necessários. Todavia, esperamos que o contínuo aprimoramento de projetos nesse sentido, tanto na formação, como na formação continuada de professores, com o tempo sane ou pelo menos minimize os pontos decadentes do atendimento aos portadores de necessidades especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Educação Inclusiva, é baseada em princípios e leis que reconhecem a necessidade de uma educação para todos, e deixa bem claro que é necessária uma renovação pedagógica, em primeiro lugar, que a sociedade e a escola adaptem-se ao aluno. E, que o professor seja o agente determinante da transformação da escola, seja preparado adequadamente para gerenciar o acesso às informações e conhecimentos, independentemente da necessidade do aluno.

A realização deste estudo nos conduz a diversas reflexões sobre a inclusão de deficientes nas organizações. Ainda que muitas dificuldades já tenham sido apontadas, nos levam a destacar a importância de se refletir sobre os aspectos sociais, políticos, econômicos e legais do processo de inclusão.

Somente com uma educação mais justa e inclusiva é que alcançaremos com que a sociedade seja modificada. Esse desenvolvimento só pode ter bons resultados se forem feitos por meio da qualificação profissional, dos quais só serão possíveis com o cumprimento dos valores culturais e acima de tudo pelo respeito às limitações das pessoas. Esse desenvolvimento deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como pré-requisito para estas pessoas poderem fazer parte da sociedade.

Assegurar uma formação docente de qualidade é um desafio e uma necessidade que se apresenta a todo o professor formador que conceba à educação como um direito e não como um privilégio, o que perpassa pela questão da inclusão. A inclusão, concebida como um processo, para se efetivar precisa do envolvimento dos professores, de conhecimentos, de



políticas públicas, de reestruturação dos sistemas educacionais e das escolas que dele fazem parte, de investimentos governamentais, da participação da comunidade, da conscientização da sociedade em relação à educação como direito.

A educação é essencial para o desenvolvimento de qualquer cidadão, e que incluir o aluno com necessidades educacionais especiais, é também, uma forma de respeitá-lo e garantir a possibilidade de seu crescimento. No entanto, percebemos que as dificuldades existem, não são poucas e ficam bem claras quando se pára para observar de forma mais crítica. Afinal, colocar o aluno em sala regular e não atender o que realmente ele necessita, não é inclusão.

A Inclusão Escolar de fato ainda é discrepante, não se tem um único método, ou formula para ter êxito no que tange a proposta inclusiva. Propor medidas, conceitos e reavaliações educacionais sobre como ensinar e como aperfeiçoar os professores para esse tipo de educação torna-se a ferramenta imprescindível ao alcance dos objetivos que a escola inclusiva propõe ao aluno deficiente.

Dessa forma, para que ocorram mudanças efetivas no quadro educacional brasileiro em relação à inclusão de alunos com necessidades especiais, nunca é demais lembrar a necessidade de combater os problemas educacionais gerais, como, por exemplo, o fracasso e evasão escolares e a deterioração da qualidade do ensino público. Incluir pessoas com necessidades especiais no atual contexto de precarização, não rompe por si só com o circuito da exclusão. Por isso, a proposta de inclusão não pode ser pensada de maneira desarticulada da luta pela melhoria e transformação da educação brasileira como um todo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares** / Secretaria de Educação Fundamental.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares** / Secretaria de Educação Fundamental.

Canal do educador. **Educação Inclusiva**. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com.br>> Acesso em: 11 jun,2014.



11enfope
12fopie

ISSN: 2179-0663

REALIZAÇÃO

APOIO



11 ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

12 FÓRUM PERMANENTE INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL

4º ENCONTRO ESTADUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DE PROFESSORES SEÇÃO SERGIPE

A FORMAÇÃO ÉTICA, ESTÉTICA E POLÍTICA DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Educação Inclusiva e formação de Professores. Disponível em:
<http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010069353641lidia_monografia> . Acesso em:
11 jun,2014.